



O MOMENTO
DIÁRIO DO POVO



Foto: Nino Guimarães

▼	A CENA POLÍTICA EM ABERTO!	PG.2	PG.4	POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL: NOTAS SOBRE PRODUÇÃO CULTURAL	▼
▼	DIREITOS SEXUAIS, SOBERANIA NACIONAL E EMANCIPAÇÃO EM CUBA!	PG.6	PG.8	POR QUE LUTAMOS CONTRA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS	▼
▼	VIII CAMINHADA DA PAZ EM TUCANO: A VOZ DE JUSTIÇA TEM FORÇA	PG.10	PG.11	ENTREVISTA DO MOMENTO MARIA CAROL	▼
▼	INTEGRAÇÃO REGIONAL E BURGUESIA	PG.15	PG.16	DO ACAMPAMENTO DE AGITAÇÃO E PROPAGANDA NA BAHIA	▼
▼	NÓS SEMPRE SOUBEMOS QUEM MATOU PIXOTE - PIXOTE: O FILME	PG.17	PG.19	ESPAÇO CULTURAL - 60 ANOS DO LANÇAMENTO DE SAMBA ESQUEMA NOVO DE JORGE BEN JOR	▼
▼	RAIMUNDÃO, UM HERÓI ANÔNIMO DA LUTA DE CLASSES		PG.21		

EDITORIAL

A cena política em aberto!



Foto: Gustavo Leighton

Por Milton Pinheiro

A conjuntura brasileira é marcada cotidianamente por mudanças bruscas, no entanto, ela sempre está ancorada na crise orgânica da ordem e nas balizas por onde se movimentam as diversas frações da burguesia que articulam uma guerra de posição para melhor se posicionar no bloco do poder. Foi assim no governo de extrema direita do agitador fascista Jair Bolsonaro, bem como, agora, no governo de União Nacional do presidente Lula. Ainda na disputa por posições, não desvelamos, no polo antagônico, a movimentação dos setores proletários e populares que deveriam ser articulados organicamente pela vanguarda socialista.

A cena política precisa ser desvelada para que o conjunto da classe trabalhadora possa se movimentar na defesa da sua pauta imediata e seu projeto histórico. Apesar da importância de ter sido eleito um

governo que age no campo da razão e do respeito aos valores da democracia formal, tão somente isso não garante a derrota da extrema direita, das hordas neofascistas e neonazistas que operam no submundo das redes digitais e nos diversos espaços da vida social. Afinal, o desigual e combinado impregna a totalidade das relações sociais.

Os vetores da conjuntura e os fatores da disputa estão abrindo uma disjuntiva imprevisível entre ações do governo e intervenção da esquerda por um lado e o bloco da extrema direita com toda sua composição política, por outro lado. Nesse cenário complexo, existe uma necessidade política para que o papel do governo seja eficiente no combate aos golpistas de 8 de janeiro, na aplicação de políticas públicas de ampla e significativa reparação social, na efetivação de ações que possibilitem a diminuição do desemprego, na perspectiva

de que seja estabelecida uma política governamental que contemple pautas da classe média e que o Estado seja reposicionado no sentido da lógica do progresso e da profunda melhoria dos serviços públicos.

É fundamental entender que nesse cenário da disjuntiva, que está aberta, o governo não pode errar. Contudo, o arco de alianças no Congresso Nacional, a composição do ministério, a relação promíscua com diversas frações da burguesia interna, a incapacidade de fazer rupturas progressistas dentro da ordem e a inexistência de acenos para a mobilização popular, pode gerar contradições e velhas decepções que certamente movimentarão o “ovo da serpente”, com a possibilidade de retorno com força, em outro patamar, da extrema direita ao controle do Brasil. A luta contra esse passado presente precisa, para além da ação do governo, da presença significativa da esquerda revolucionária nessa disputa.

É perigosa a forma política pela qual se posicionam as frações da burguesia e sua representação de classe. Essa força tem instrumentos concretos para impactar o balcão de negócios do parlamento, uma mídia corporativa como porta-voz e ressonância ideológica, uma parte ainda significativa do Ministério Público e da Justiça, força organizada na classe média e uma estrutura submersa nas forças armadas e polícias. Todo esse conjunto político poderá, assim que desejar, operar manifestações das hordas insanas vestidas de verde-amarelo.

A presença do neofascismo, e seus movimentos, na cena política brasileira se consolidaram a partir das disputas abertas em 2013. A irracionalidade, o obscurantismo, o ressentimento, a xenofobia (com suas diversas facetas) e o ódio à democracia são alguns aspectos que estruturam a presença da extrema direita na disputa política no Brasil.

Essa conformação política da extrema direita tem força e apelo para se projetar como alternativa diante dos impasses que fazem com que as massas populares sejam encapsuladas pela desrazão e pela perspectiva autoritária. O confronto com esse campo é ético-político, é no movimento do real dentro da sociedade; ele deve passar pela superestrutura, agir para organizar o campo proletário e popular, ao tempo em que deve unificar a vanguarda socialista.

Como alerta para entender esse processo, não podemos esquecer o papel decisivo do fator “classe média”, com sua carga de ignorância e pré-conceito, na definição da correlação de forças em uma conjuntura onde a vanguarda ainda não tem papel protagonista na disputa em curso.

Nesse cenário de impasses e imprevisibilidade, é fundamental que possa emergir uma forte movimentação da classe trabalhadora e suas vanguardas, com programa mínimo e ampla unidade de ação, no sentido de intervir na disputa em curso e mudar os rumos da luta de classes.

É imperativo vencer!

EXPEDIENTE



Jornalista responsável
Milton Pinheiro MTB 72.595/SP
Conselho de Redação
Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo Caires e João Abreu
Editora
Camila Oliver
Diagramação e Capa
João Abreu

contato@omomento.org | www.omomento.org



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição
Gabriel Galego, Bigode, Vitor Barros, João Aguiar, Guilherme Corona, UJC Bahia, Arthur Santos, Wenderson Ribeiro e Antonio Alves
Revisora responsável
Camila Oliver
Colaboradores de redes digitais
Matheus Moreira, Rafael Requião

POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL: NOTAS SOBRE PRODUÇÃO CULTURAL



Imagem: Senado Federal

Por Gabriel Galego

Parte 1: das políticas estabelecidas no período neoliberal

A ditadura desorganizou a luta da classe trabalhadora, a nível político e cultural. A partir da “re-democratização”, com a queda da censura aberta, o mercado se mostrou a única via possível para se profissionalizar no setor da cultura, dominando a lógica de produção cultural. Diferente de momentos anteriores em nossa história, como no período da imprensa popular nos anos 40/50 e a influência cultural de 1950, os comunistas já não tinham instrumentos de impacto nas massas. Pelo contrário, recém-saídos de uma ditadura militar, afundados de cabeça no neoliberalismo e com a queda da URSS em 1991, os tempos foram de dificuldade e muita aridez para os revolucionários brasileiros.

Hoje, trinta anos depois, a cultura brasileira está vivendo um tempo de acirramento da luta de classes, numa imensa disputa econômica e ideológica: cortes de verba estatais para o setor, retorno da censura com viés anticomunista e conservador, pejotização da força de trabalho etc. Uma das determinações para esse acirramento é o refluxo reacionário que tomou posse do Estado desde o golpe de 2016, com a ascensão do Partido Fardado e do bolsonarismo. Por outro lado, nas últimas décadas o mercado da produção cultural cresceu bastante – de forma que temos indústrias culturais e de comunicação consolidadas em nosso país, como as indústrias fonográfica, editorial, audiovisual, de marketing e propaganda, entre outras. Em seu conjunto, é o que a FIRJAN¹ chama de “indústria criativa”.

Como veremos, essa conjuntura nos provoca questões necessárias de serem meditadas e, sem dúvida, respondidas com radicalidade. Antes, vamos ao

contexto. Desde o início do período neoliberal do Brasil em 1990, ainda em marcha no nosso país, as políticas culturais se concentram em três níveis:

- leis de incentivo federal, estaduais e municipais;
- subsídio direto do Estado, por meio de editais setoriais e fundos públicos;
- parcerias público-privado, entre Estado e Organizações Sociais;

Cada uma contém determinadas especificidades.

As leis de incentivo, por exemplo, têm esse nome porque o Estado incentiva empresas privadas a patrocinarem projetos culturais, propondo reverter o patrocínio em abatimento dos impostos ICMS ou ISS². Aqui, é comum grandes empresas, privadas ou públicas, como Braskem, Banco do Brasil, Petrobrás, Vale do Rio Doce, Bahia Gás etc. se beneficiarem da lei. De todo modo, é um mecanismo de transferir o imposto pago obrigatoriamente pelas empresas direto para a produção cultural. Agora é curioso, porque não é incomum que grandes institutos privados, como o Instituto Moreira Salles e o Instituto Tomie Ohtake, alcancem com regularidade esse recurso – e, em compensação, o artista independente e lançado na informalidade, que não tem nem o acesso necessário dentro das empresas, nem o CNPJ (de OS ou de empresa), fique marginalizado. A aplicação dos recursos para realização de projetos culturais de grande porte fica sob controle da burguesia, sejam os donos de grandes empresas, bancos e/ou institutos culturais. Mesmo pequenos empresários, que são as camadas médias do setor cultural, precisam passar pelo crivo e aval das empresas, que vira e mexe lançam editais de seleção como o Ban-

co do Brasil, a Neoenergia e o Natural Musical.

Na forma de subsídio direto do Estado, temos como predominância os editais de seleção. Diferente da lei de incentivo, essa forma de política cultural ganhou mais destaque no ministério de Gilberto Gil, mas também teve seu refluxo a partir do golpe de 2016. Em resumo, o Estado garante recurso para grupos e artistas, sejam pessoas físicas ou jurídicas, com objetivo de realização de projetos culturais. Na Bahia é o caso da utilização do Fundo de Cultura em projetos como *Pontos de Cultura*³ e *Setoriais*⁴. Em outra forma possível para aplicação dos editais de seleção, o Estado garante o subsídio e o prestígio de carreira através de prêmios anuais e concursos. Na cidade de Salvador, a Fundação Gregório de Mattos tem lançado regularmente o *prêmio literário do selo João Ubaldo Ribeiro*⁵, incentivando a produção literária contemporânea da cidade através da seleção e publicação de obras locais. Esses são alguns exemplos.

No terceiro modelo, o Estado lança editais específicos, buscando contemplar apenas Organizações Sociais, que juridicamente são entidades de direito privado sem fins lucrativos. Esses geralmente são editais para projetos maiores, advindos de outras fontes de recursos do Estado, nem sempre especificamente voltadas para cultura, buscando premiar projetos com recursos acima de 300 mil reais – por vezes, garantem um ano de trabalho ou mais. No estado da Bahia, por exemplo, temos a aplicação regular da Agenda do Trabalho Decente e da distribuição de recursos do *Fundo do Trabalho Decente*⁶, por parte da SETRE, garantindo recurso para o setor cultural em diversos territórios baianos. Em Salvador, a Fundação Gregório de Mattos lançou no ano passado pelo menos um edital específico para OS – no intuito de garantir a gestão dos *espaços Boca de Brasa para essas organizações privadas*⁷. Em outras palavras, através de cessão de recursos para realização de projetos culturais e sociais por determinado período, esse modelo terceiriza o que deveria ser responsabilidade da gestão do órgão público, prejudicando a construção de uma estratégia e planejamento a longo prazo.

Dentre essas três formas de política cultural estabelecidas em nossa sociedade, hoje há uma luta voraz do setor cultural para garantir subsídio direto do Estado em relação aos grupos profissionais, semi-profissionais e independentes, propondo que o poder público estimule diretamente o mercado cultural e o artista independente. Essa luta é justa, mas veio perdendo força e se arrastando desde 2016, com o fôlego logo apagado das ocupações dos Ministérios da Cultura (MinC), seguido da destruição do MinC, o desmonte dos fundos públicos de cultura como a ANCINE e a paralisação de diversos processos na Lei Rouanet. Foi uma sequência de derrotas lamentáveis, consolidadas com a ascensão da direita e depois da extrema-direita bolsonarista.

Em 2020, tivemos um pouco mais de ânimo: o caos da pandemia acelerou o desenvolvimento de

políticas descentralizadas de subsídio direto. Através de repasses de recursos em escalas estaduais e municipais – e desconsiderando a corrupção entranhada na maior parte das prefeituras – foram aplicados os conhecidos editais de seleção para distribuição do recurso público.

Dentro do cenário estabelecido, a pandemia impactou os trabalhadores da cultura, do ponto de vista político e econômico, dando novo ânimo para a luta através da auto-organização da categoria e com lutas institucionais pela garantia das leis emergenciais e da Lei Aldir Blanc 2. Além disso, reforçou-se a ideia de que o subsídio contínuo do Estado é muito mais favorável ao processo de livre criação de artistas e produtores do que o acesso através de Leis de Incentivo. Entretanto, os trabalhadores da cultura, sobretudo os ligados ao social-liberalismo petista, que encaram o governo de Lula como o auge da imaginação humana, não colocam duas questões em cheque:

- Por que a maior parte de nosso trabalho está condenado à realização de “projetos culturais de curto prazo”? São poucos os contratados por instituições que garantem uma continuidade na estratégia cultural e direitos trabalhistas.
- Por que a distribuição dos recursos públicos e privados se dá através dos “editais de seleção”? Em outras palavras, por que precisamos depender da *competição de mercado* para realizarmos o nosso trabalho artístico profissionalmente?

São questões que se abrem. As categorias de “projetos culturais de curto prazo” e “editais de seleção” são fundamentais para entendermos o contexto trabalhista do setor cultural brasileiro hoje – com mercado e indústria cada vez mais organizados e a lógica do empreendedorismo dominando o trabalho dos artistas independentes. Investigar essas categorias nos permitirá compreender como a produção cultural brasileira é moldada pelo modo de produção capitalista. Apenas assim os comunistas poderão responder às demandas concretas dos técnicos, artistas e produtores do setor cultural.

¹ O Mapeamento da Indústria Criativa de 2022 é um relatório realizado por pesquisadores da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN-RJ).

² É o caso da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/1991), conhecida como lei Rouanet. A nível estadual e municipal, temos os programas do FazCultura (Lei Nº 7.014/1996) e Viva Cultura (Lei Municipal nº 9.174/2016), respectivamente.

³ <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=131>

⁴ <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=128>

⁵ <https://fam.salvador.ba.gov.br/fam-lanca-edital-selo-joao-ubaldo-ribeiro-ano-iv/>

⁶ <http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=194>

⁷ <https://fam.salvador.ba.gov.br/espacos-culturais-boca-de-brasa/>

DIREITOS SEXUAIS, SOBERANIA NACIONAL E EMANCIPAÇÃO EM CUBA!



Foto: Ricardo IV Tamayo

Soberania nacional, garantia de justiça e equidade social, transformações radicais na história e cultura: conquistas oriundas do processo revolucionário Cubano.

Por Bigode

Todo processo revolucionário germina o confronto do novo contra o ultrapassado a ser superado, um complexo processo de metamorfose cultural, causador de confrontos e diálogos entre gerações, padrões culturais, classes e estratos sociais. Com o processo revolucionário cubano não poderia ser diferente. A revolução de 1959 vingou enquanto ação revolucionária transformadora das políticas de gêneros e sexualida-

des.

Através de uma ampla participação popular, inicia-se o projeto de superação do patriarcado enquanto estigma de poder. O papel dos homens e das mulheres na sociedade e na família, em suas relações de casal, entre sexos, entre gerações - por conta das transformações econômicas, políticas e sociais pós-revolução - foram drasticamente transformadas.

Entre 1959 e 1961, o estado revolucionário Cubano aprovou diversas leis significativas que contribuíram para a erosão do patriarcado enquanto paradigma de poder, entre elas, destaca-se a lei 7 de fevereiro de 1959, que estabelece a igualdade de salários entre mulheres e homens. Culminando na fundação da Federação de Mulheres Cubanas (FMC) como movimento organizado e de massas na sociedade civil.

A FMC fomentou diversos avanços notante aos direitos reprodutivos da mulher. A gama de mulheres que foram incorporadas ao trabalho e debates públicos promoveu um grande impacto no quesito sexualidade. Em 1965, por exemplo, o aborto voluntário é adotado como um serviço gratuito a ser realizado por profissionais e em instituições de saúde pública. Além disso, em 1972, a Federação de Mulheres Cubanas promoveu um grupo de trabalho multidisciplinar para desenvolver um programa Nacional de Educação Sexual.

Consequentemente, a importância da educação sexual passa a ser mais reconhecida no segundo congresso da FMC, em 1974, e no primeiro congresso do Partido Comunista de Cuba, em 1975. Em 1975, além do mais, fruto de uma ampla consulta popular, é aprovado o Código de Família, sendo reconhecido o direito de homens e mulheres a uma sexualidade plena, bem como ao compartilhamento de responsabilidades domésticas e educativas.

Como resultado da política desenvolvida na década de 1970, Cuba foi o primeiro país a assinar, e o segundo a ratificar, os compromissos governamentais perante a convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher.

Em 1988, o Grupo Nacional de Trabalho de Educação Sexual (GNTES), liderado pela FMC, deu lugar ao Centro Nacional de Educação Sexual (CENESEX). O CENESEX, a partir de estratégias e campanhas educacionais, busca o desenvolvimento da Educação Integral da Sexualidade, da saúde sexual e o reconhecimento e garantia dos direitos sexuais de toda população.

Buscando elevar a consciência social da

população Cubana, desde 2007 existe a iniciativa de celebrar o dia internacional contra a Homofobia e a Transfobia. Além disso, desde 2008, em todo mês de maio ocorrem as Jornadas Cubanas contra a Homofobia e a Transfobia. Importantes ações educativas e de comunicação promotoras do respeito à livre orientação sexual e identidades de gênero.

O próprio Modelo Econômico e Social Cubano de desenvolvimento socialista e o plano nacional de desenvolvimento econômico e social expressam a necessidade de combater qualquer forma de discriminação, sejam motivadas por orientação sexual ou identidade de gênero, até 2030! Ademais, de maneira concordante, desde 2019, a constituição Cubana reconhece os direitos sexuais e reprodutivos, proíbe a discriminação contra pessoas com sexualidades não heteronormativas, protege a diversidade familiar e promove o matrimônio enquanto instituição jurídica que pode ser acessado por todos, sem nenhum tipo de discriminação.

Todo esse processo revolucionário de construção de uma humanidade emancipada, de 1959 a 2023, culminou em setembro de 2022, na elaboração de um referendo nacional de reformulação do Código da Família, quando a população tomou a decisão histórica de votar pela legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, ou seja, não se tratando meramente de uma decisão jurídica-formal, porém do Poder Popular - povo no poder - e da expressão da vontade popular da classe trabalhadora Cubana!

VIVA CUBA!

VIVA LA REVOLUCIÓN!

POR QUE LUTAMOS CONTRA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS



Foto: Instagram - Mup.Nacional

Por Vitor Barros

Demissões em massa, aumento de mensalidades, salas superlotadas, precarização do ensino e sua expansão à distância (EAD), dificuldade de permanência, endividamento, baixíssimo incentivo à pesquisa... São essas as condições que a maior parte dos estudantes brasileiros do ensino superior sentem na pele ao se matricularem em uma universidade privada. [As Instituições de Ensino Superior privadas \(IES\) concentram 76,9%](#)¹ das matrículas de todo o país. Sua expansão se deu principalmente em fun-

ção de investimentos públicos altíssimos na educação privada através de projetos como PROUNI e FIES e, em contraponto, investimentos muito inferiores na expansão das IES públicas.

Isso fez com que gigantescos grupos educacionais não só surgissem, como se tornassem verdadeiros monopólios universitários. A título de exemplo, temos os grupos Króton, nima, Estácio e Ser Educacional. Basta observar que a rede privada cresceu 86% de 2011 a 2021, em detrimento de apenas

0,3% da rede pública no mesmo período¹. Já vimos em matéria anterior que o modelo do capital para a educação é fundado na expansão dos lucros, corte de gastos e uma visão da educação como mercadoria, sendo incapaz de articular satisfatoriamente o tripé ensino, pesquisa e extensão. Assim, é fabricada a necessidade do ensino privado, que tem sua razão de existir no forçado fracasso do ensino público, gerado a partir de sua insuficiência quantitativa e qualitativa². Ironicamente, é essa mesma insuficiência qualitativa que podemos observar nas IES privadas, em especial àquelas vinculadas aos grupos educacionais supramencionados, visto que sua expansão quantitativa é inversamente proporcional à qualidade de seu ensino.

Ademais, se constataremos que a [quase totalidade \(entre 95-99%\)](#)³ da pesquisa científica realizada no Brasil é desenvolvida por universidades públicas, pode-se concluir, portanto, que as IES privadas não passam de parasitas da educação brasileira.

A produção de ciência é instrumento central para o aprofundamento do conhecimento, da garantia da soberania de um país, de seu desenvolvimento econômico e tecnológico, capaz de dar respostas aos problemas e melhorar a vida da classe trabalhadora. O que se percebe é que estes são interesses absolutamente contrários ao setor privado. Afinal, seu único compromisso é com o lucro, muito grande, no bolso de poucos empresários, às custas de um modelo abominável de ensino, em que os prejudicados são os alunos, funcionários (via de regra terceirizados) e professores com contratos precários.

Além disso, é notório, como forma de legitimar a expansão das universidades privadas, o papel de tutela exercido na educação brasileira por organizações representantes dos interesses do imperialismo, como o FMI e o Banco Mundial. Sob a mentira do interesse em “modernizar” nossa educação, buscam abrir espaço para que capitais multinacionais adentrem e promovam um modelo neoliberal de educação, totalmente avesso a uma educação popular e emancipatória. Consoante com sua proposta, a ideologia

neoliberal cumpre a função de mascarar as contradições sociais geradas pelo capitalismo, a partir da responsabilização individual dos sujeitos por problemas de ordem social. O desemprego ao concluir um curso, a incapacidade de custear os estudos, o desgaste emocional, como exemplo, são diariamente reforçados, falsamente, como questões individuais, relacionadas ao esforço e mérito de cada um em se fazer apto a resolvê-los. Dessa forma, a universidade privada legitima a ordem dominante, ao mesmo tempo que é por ela legitimada, o que, em última instância, busca limitar qualquer perspectiva anticapitalista que questione o poder destes monopólios e a posição humilhante em que submetem a classe trabalhadora nas universidades.

Por fim, é preciso que se afirme, a fim de construir um horizonte digno e livre dos monopólios da educação, que defendemos a estatização total do ensino superior, em defesa da Universidade Popular, gerida e atuante no interesse da classe trabalhadora na direção do socialismo. Portanto, resta-nos entender como construir e alcançar os objetivos dessa luta, bem como conhecer seus precedentes, que serão aprofundados em um próximo artigo.

REFERÊNCIAS:

¹ https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf

² Maria Luiza Souza Ribeiro- Memórias: a Luta Pelo Ensino Público e Gratuito Numa Universidade Particular - a PUCSP

³ <https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/3799-universidadespublicas-realizam-mais-de-95-da-ciencia-no-brasi>

VIII CAMINHADA DA PAZ EM TUCANO: A VOZ DE JUSTIÇA TEM FORÇA



Foto: Divulgação

Por João Aguiar

No último domingo (12), familiares e amigos do ativista de Direitos Humanos, Pedro Henrique, e demais lutadores por Justiça na cidade de Tucano se reuniram para realizar a VIII Caminhada da Paz da cidade.

A Caminhada entoou a luta por Justiça a Pedro Henrique, assassinado em 2018 por policiais militares em sua casa. Os manifestantes com faixas e cartazes, entoando falas de justiça, também deram seguimento às bandeiras defendidas por Pedro, que em 2013 organizou a primeira Caminhada da Paz, tendo como objetivo mobilizar a comunidade de Tucano contra a violência racista exercida cotidianamente por parte de agentes do Estado.

A Caminhada foi um ponto de encontro de diversos movimentos, organizações e lutadores do Estado da Bahia que lutam contra a política de extermínio *institucionalizada* na prática da Polícia Militar e demais órgãos do governo do estado, que são incorporados na segurança pública. Em 2022, a Bahia chegou ao mês de dezembro com 3.798 vítimas de crimes violentos e com a maior taxa de mortes em ações policiais do país entre 2020 e 2022, segundo estudo da Rede de Observatórios da Segurança, 16% das operações policiais resultaram em mortes.

Desde 2011, o governo do Estado da Bahia aprofundou os níveis de organização da repres-

são às comunidades através do Programa Pacto pela Vida. Nos governos de Wagner e Rui Costa, ambos do Partido dos Trabalhadores, houve o fortalecimento do aparato ostensivo policial traduzido na concepção institucional de "repressão qualificada ao crime organizado", concentrando os investimentos na segurança pública nos aparatos de repressão direta (como as Companhias Independentes) e no estímulo à violência (como o Programa de Desempenho Policial), que em contradição com a consigna da vida, na verdade, desenvolve uma prática violenta de etiquetamento e operações de extermínio nas comunidades pobres do Estado em que o Estado ocupa belicamente – estas predominantemente negras e indígenas.

Nesse contexto de violência e guerra do Estado contra o povo, as lutas por Paz com Justiça firmam em largos passos uma necessidade histórica há muito encampada pelos movimentos populares da Bahia: o desmantelamento do aparato de repressão policial e suas respectivas legitimações institucionais, dando lugar a uma política de segurança pública pautada na **proteção da vida**, com papel autônomo de formulação e deliberação das comunidades.

Acompanhe aqui atualizações da luta Por Justiça à Pedro Henrique: <https://www.instagram.com/justicaparapedrohenrique/>

ENTREVISTA DO MOMENTO MARIA CAROL



Por Milton Pinheiro

Maria Carol é secretária política da UJC, dirigente do PCB, professora de geografia e ex-diretora de relações internacionais da UNE.

O Momento - Você é uma militante do movimento estudantil que está exercendo um papel dirigente importante, como avalia essa luta nesse momento?

Maria Carol - O movimento estudantil brasileiro cumpriu e cumpre um papel destacado nas mobilizações, puxaram os grandes atos de 2018 e 2019 e tiveram uma importante participação na retomada às ruas durante a pandemia quando exigíamos vacina para toda a população. E agora retomam com fôlego a luta contra a reforma do ensino médio, pela manutenção e ampliação da Lei de Cotas, pela recomposição orçamentária das instituições públicas de ensino, contra as intervenções e pelo reajuste das bolsas na graduação e na pós. Embora o conjunto de reivindicações feitas no momento sejam de extrema importância, preocupa-nos que as entidades nacionais - UNE, UBES e ANPG - não reflitam sobre a realização de uma reforma profunda na educação brasileira, que passe por atender as bandeiras de luta que foram levantadas nas últimas décadas, mas para dar conta de colocar as classes popula-

res e os movimentos sociais na centralidade do debate de qual modelo de instituições e currículos que necessitamos. Uma iniciativa como essa seria um passo importante para sair de uma postura defensiva e avançar na construção de uma ofensiva dos estudantes, que possuem toda a capacidade de formular qual projeto de escola e universidade deve vigorar em nosso país. Agora, em que o calendário de atividades foi restabelecido em formato presencial, a expectativa é que eles possam ser aproveitados ao máximo para aprofundar a discussão e fazer com a rede do movimento estudantil possa crescer, superar contradições e avançar ainda mais nas suas mobilizações de forma responsável e independente. A luta dos estudantes não pode estar restrita ao campo da educação, afinal antes de estudantes somos os filhos e filhas da classe trabalhadora e por isso que todas as nossas lutas devem estar conectadas. É tarefa de cada um dos segmentos da luta, seja estudantil ou não, estar à disposição das necessidades gerais do conjunto de trabalhadores.

O Momento: Para além da sua militância na universidade, quais seriam os temas centrais da conjuntura que podem movimentar a classe trabalhadora na atual luta de classes?

Maria Carol - Atualmente, a classe trabalhadora, em especial a juventude trabalhadora, sofre não só com os efeitos da crise econômica, mas também com o intenso processo de retirada de direitos que tivemos no último período com os governos de extrema direita, iniciados com Temer e agravados com Bolsonaro, Mourão e seus aliados. Embora a vitória de Lula tenha representado uma derrota eleitoral para os setores mais extremistas da direita, sabemos que a composição do parlamento está recheada dessas figuras que se movimentam para impor novos ataques às classes populares. Existe um excesso de expectativa com o novo governo do PT, que também é formado por figuras da direita e declarados liberais que apoiam medidas que vão no sentido oposto da melhoria das condições de vida e luta, o que aumenta a responsabilidade daqueles que se mobilizam para derrotar os efeitos do bolsonarismo, mas não querem retomar para uma conjuntura imediatamente anterior ao golpe, pois também não era um mundo de maravilhas como insistem algumas figuras políticas da esquerda. Não se pode mencionar essa tal melhoria da condição de vida dos trabalhadores sem pautar a imediata revogação da emenda constitucional 95, que congelou os investimentos em saúde e educação, e das reformas trabalhista e da previdência. É preciso também reverter toda a agenda de privatização imposta pelo governo anterior, bem como restabelecer e ampliar políticas de acesso à moradia, saúde e educação. Vivenciamos um estado de “terra arrasada” e de falta de perspectiva entre a juventude que sofre com os elevados índices de desemprego, e condições precárias de trabalho. O Brasil não será reconstruído de maneira espontânea, e nosso objetivo final é a construção de um país que ainda não vivemos, para isso não pode faltar mobilização popular.

O Momento: O Momento: Como dirigente da UNE (União Nacional dos Estudantes)

que papel você apontaria para essa entidade diante do governo do presidente Lula?

Maria Carol - A União Nacional dos Estudantes é a maior entidade estudantil da América Latina, com um legado importantíssimo e apresenta um enorme potencial de organização e mobilização dos setores juvenis em nosso país, mas para dar conta das tarefas mais centrais dessa conjuntura é preciso assegurar toda sua autonomia e independência. Ao longo do ciclo progressista que tivemos no Brasil, a UNE se perdeu ao assumir uma postura de submissão aos governos de Lula e Dilma quando confundiu seu papel de entidade representativa dos estudantes e atuou como uma espécie de comitê do governo federal e desmobilizou as lutas da educação em função de acordos e negociações da alta cúpula. Essa postura é um grave erro que não pode se repetir no momento atual, embora é preciso reconhecer que esta postura não foi adotada somente pelo setor da educação, mas uma tendência que diferentes organizações sindicais e parte dos movimentos sociais assumiram e resultou no apassivamento da classe trabalhadora que se viu desarmada e incapaz de responder à altura de importantes ataques sofridos, e até mesmo resistir ao golpe em 2016. Reconhecer os erros do passado é o primeiro passo para construir uma UNE que esteja preparada para reorganizar o conjunto do movimento estudantil brasileiro, e seja capaz de liderar as lutas em defesa das instituições públicas de ensino, da recomposição e ampliação orçamentária, da aplicação de medidas efetivas de acesso e permanência, contra a perseguição e intervenção, avanços dos grandes monopólios privados de ensino e principalmente capaz de conduzir mudanças profundas nas universidades. A UNE deve estar preparada para apresentar um projeto claro de educação e universidade, que sobretudo, dialogue com as principais necessidades da classe trabalhadora hoje. Acredito que uma medida central para isso seja a retomada dos seus fóruns e sua reaproximação com a base dos estudantes, principalmente nesse contexto pós pandemia, e seja firme na valorização dos acertos do atual governo de Lula, assim como esteja

disposta a realizar todas as cobranças e críticas necessárias. Uma entidade nacional não é capaz de superar essas contradições de forma isolada, por isso é fundamental que este debate seja realizado com os centros e diretórios acadêmicos, diretórios centrais, executivas e federações de curso, uniões estaduais e municipais, ou seja, um debate para toda a rede do movimento estudantil brasileiro.

O Momento: Você é dirigente comunista e secretária política da UJC (União da Juventude Comunista). Qual é a centralidade dessa organização na luta juvenil e política?

Maria Carol - É com muita alegria que hoje afirmamos a existência de uma UJC consolidada, nacionalizada e determinada a superar seus limites e avançar ainda mais. Nos últimos anos, a Juventude Comunista viveu um momento de crescimento acelerado que demonstra que os jovens brasileiros têm buscado saídas revolucionárias e apostado na organização política e coletiva como meio de transformação de suas realidades e da condição da nossa classe. Junto desse crescimento a UJC também passou por um período importante de amadurecimento, que ficou evidente durante de todas as etapas de nosso 9º Congresso Nacional, em novembro de 2022, onde não só a direção foi renovada como importantes debates foram travados acerca de uma atuação mais profissionalizada para dar conta de formular e agir com base nos principais desafios que estão colocados para os jovens no Brasil. Compreendendo a fase em que nossa organização se encontra não se pode menosprezar a capacidade de organizar a juventude em território nacional para ir além de uma luta para recompor e ampliar direitos e melhores condições de vida e trabalho. Hoje a UJC contribui para o avanço de uma perspectiva revolucionária das lutas juvenis, em acordo com as lutas de toda a classe trabalhadora, apontando que saída passa por romper com a lógica viciada de conciliação de classes e acordões, mas sim da urgência de conectar os desafios do momento atual com o nosso horizonte estratégico de construção do Poder Popular e do Socialismo. Os jovens co-

munistas têm se dedicado em colocar suas melhores contribuições a serviço das lutas das classes populares, seja nos movimentos de bairro, cultura e estudantis, mirando na superação das perspectivas liberais, individualistas e reacionárias de organização. A União da Juventude Comunista, no auge dos seus quase 95 anos, é uma alternativa para todos que compreendem que só seremos verdadeiramente livres de qualquer opressão e exploração se derrotarmos a lógica capitalista e suas crueldades.

O Momento: Na atual quadra histórica, a partir do perfil da classe trabalhadora, como analisa o processo que coloca em cena as questões de gênero, raciais e de orientações sexuais?

Maria Carol - Qualquer análise da classe trabalhadora que ignore sua diversidade está destinada ao erro. As opressões baseadas nas questões de gênero, raça e orientação sexual intensificam a exploração capitalista contra os trabalhadores e busca legitimar um conjunto de violências diante da sociedade. Dito isto, é preciso reconhecer que existem diferentes perspectivas de encarar a luta contra opressões e que ela pode ser cooptada pela lógica liberal e/ou reformista, o que se coloca como um obstáculo a ser vencido por aqueles que defendem uma transformação radical da nossa sociedade. O sistema capitalista é capaz de transformar as lutas da classe trabalhadora em mercadoria, fonte de lucro ao mentirosamente se apresentar com uma face flexível e acolhedora, quando na realidade segue ceifando a vida de milhares de nós. Um exemplo crucial para esta situação é a forma como a noção de representatividade foi completamente esvaziada, marcas, empresas e até mesmo espaços políticos da extrema direita se valem de um “selo humanizado”, por terem alguns poucos negros, mulheres e LGBTQIA+ em suas fileiras, mas seguem colaborando uma agenda de retirada de direitos - como as contrarreformas trabalhista e da previdência, o teto dos gastos e privatizações - que impactam prioritariamente essas parcelas da classe trabalhadora. Pautar as lutas da classe trabalhadora exige uma compreensão de quem são os trabajado-

res hoje e quais são suas necessidades, mas sobretudo conectar as ditas lutas específicas com o nosso horizonte estratégico, só será possível conquistar uma verdadeira libertação da nossa gente se os movimentos reconhecerem que o capitalismo e suas opressões não podem ser consertados. E a saída para ambos está na mesma caminhada para construir um mundo sem exploradores e explorados, onde todos possam ter sua existência respeitada e de forma digna. Por isso, para os comunistas, é urgente a construção do Poder Popular.

O Momento: Qual é o perfil da juventude brasileira e por quais bandeiras ela luta?

Maria Carol - No Brasil de hoje, a juventude sofre com a falta de perspectiva, muitos estão desempregados, ou funções extremamente precarizadas, como é o caso dos entregadores de aplicativo, com dificuldades para se manter na universidade, e outros que sequer conseguiram realizar o sonho de acessar o ensino superior. Estamos tratando de uma parcela da população que sofre demasiadamente com as questões de saúde mental, geradas ou agravadas pelo contexto de crise econômica. A violência também é uma pauta central, já que vivemos um sistemático genocídio de jovens pretos e pobres nas periferias, e do assassinato de jovens indígenas e quilombolas que estão na resistência contra a exploração do agronegócio e da mineração. Os jovens da classe trabalhadora também desempenham um papel fundamental no sustento de seus lares e famílias, reduzir as demandas da juventude trabalhadora somente as pautas de educação e lazer é um erro de quem não conhece a realidade da nossa classe. Muitas das campanhas de juventude trazem a bandeira da vida, no sentido mais genuíno que isso possa representar. Os jovens não só lideram movimentos e lutas centrais, mas também pautam a defesa de emprego, com direitos garantidos, de um SUS 100% público e gratuito, de uma escola e universidade popular, pelo fim do vestibular, por um transporte eficiente e verdadeiramente público, de lazer, pela garantia de espaços de acesso e produção de cultura, pelo fim das operações policiais e da normalização dos assas-

sinatos.

O Momento: Existe a possibilidade de uma articulação de esquerda que construa uma Frente Única, pensando na integração da juventude e do conjunto dos trabalhadores no sentido de enfrentar o neofascismo, mas que também apresente um programa para movimentar o conjunto da classe trabalhadora nas lutas que ora se apresentam?

Maria Carol - Pensando na unidade entre juventude e trabalhadores, não só é possível como extremamente necessária, inclusive para quebrar a falsa fragmentação entre esses setores, afinal pertencemos à mesma classe e travamos as mesmas batalhas. Para executar bem a tarefa de impor uma derrota efetiva ao neofascismo, os conservadores e os golpistas é preciso ter clareza que teremos momentos diferentes em nossas lutas e que eventualmente nossos aliados também mudarão. Hoje, é urgente apresentar um programa que estabeleça marcos mínimos para uma vida digna, que passe pela geração de emprego, enfrentamento à fome, ampliação da saúde e educação, assegurar moradia e transporte. Assim como avançar na defesa da organização popular nos locais de moradia, estudo e trabalho, seja no campo ou na cidade, impondo um freio ao crescimento de organizações de extrema-direita, neofascistas e golpistas, disputando a classe trabalhadora e sua consciência. Nessas trincheiras, encontraremos companheiros que defendem diferentes projetos para nosso país, incluídos os setores que apostam nas vias reformistas e na conciliação de classe. Por isso, sem diminuir nenhuma dessas lutas, apontamos que os revolucionários defendem ir ainda mais longe, e aí que nos diferenciamos e fica evidentemente o que nos separa: para nós não basta lidar com o problema é preciso destruir aquilo que o criou. Nossa maior aliada tem que ser a classe trabalhadora, com toda sua diversidade e seus diferentes movimentos, e nosso maior compromisso tem que ser com a revolução!

INTEGRAÇÃO REGIONAL E BURGUESIA



Foto: Ricardo Stuckert/PR

Por Guilherme Corona

No governo Lula, a integração regional, principalmente através do MERCOSUL, ganha um novo fôlego, mas isso não significa melhores condições para a classe trabalhadora.

O MERCOSUL, bloco regional fundado em 1991, é um bloco comercial que promete a integração econômica entre os países-membros, sendo eles Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela (suspensão), e a Bolívia como candidato. Este funciona atualmente como uma união aduaneira, permitindo o livre comércio dentro da sua zona e adotando uma política comercial comum.

A suspensão da Venezuela, ocorrida em 2017, foi parte da ofensiva diplomática de direita para isolar o governo Maduro, que encontrou um eco no bloco através dos governos Temer, no Brasil, Macri, na Argentina, e Cartes, no Paraguai. Justificada formalmente pela "ruptura da ordem democrática no país", o que provou serem apenas palavras dada a impotência do bloco frente ao golpismo de Temer ou aos arroubos autoritários de Bolsonaro.

Agora, com uma nova onda de governo de esquerda na região, e a retomada de diálogo com o governo Maduro por parte do Brasil, principal economia do bloco, abrem-se novas janelas para pensar a volta da Venezuela ao bloco e um novo fôlego de integração regional, como a adoção de uma moeda comum para o comércio internacional entre Brasil e Argentina, fugindo do controle do dólar.

À primeira vista, isto pode parecer extremamente positivo para a classe trabalhadora, afinal, a integração regional e a construção de um bloco independente da hegemonia ianque é positivo para construir uma economia nacional forte, com complexidade produtiva e produção de ciência e tecnologia nacional, seguindo o exemplo do desenvolvimento econômico de outros países, como Cuba e China, que apesar de tão diferentes, conseguem, a sua própria maneira, desafiar a ofensiva ianque contra suas economias.

Contudo, de nada adianta avançar na integração

econômica regional se esta não for acompanhada de outras medidas econômicas que favoreçam a indústria sul-americana e transformem a região em um polo científico-tecnológico. E a social-democracia representada pelo governo Lula dificilmente tomará qualquer medida radical que altere a economia brasileira em sua base.

As contradições internas do governo, apesar dos belos discursos, parecem tentar encontrar sua solução cedendo para a burguesia, com liberais como Fernando Haddad no ministério da Fazenda, e com uma política de continuação da fórmula equivocada do petismo: o aparelhamento dos movimentos de massa, como o sindical e o estudantil, para fundar um governismo rebaixado, sem grandes avanços da classe trabalhadora.

Entendendo que não há governo em disputa, mas sim uma conformação possível dos interesses da burguesia, é dever dos partidos comunistas e revolucionários, assim como de todas as forças comprometidas com os interesses da classe trabalhadora, construir uma alternativa revolucionária em uma oposição consequente, que aponte as contradições do governo petista e as explore para avançar posições na luta de classes.

Já que, apesar de ser um governo extremamente limitado nas suas possibilidades, a conjuntura política, marcada pelo fortalecimento da esquerda radical, ainda apresenta possibilidades de ofensiva, construída desde as bases para avançar na disputa da direção dos movimentos de massa.

E o internacionalismo, marca definitiva da atividade comunista, é ponto central nesta luta, aumentando a solidariedade de classe internacional na região e no mundo, fortalecendo os órgãos internacionais de articulação da classe trabalhadora e dos movimentos populares, avançando na luta ideológica e fortalecendo nossos partidos para que possamos dirigir a conjuntura.

Por uma integração regional que favoreça a classe trabalhadora, contra os interesses da burguesia, construir o movimento comunista no Brasil, na América Latina e no mundo!

DO ACAMPAMENTO DE AGITAÇÃO E PROPAGANDA NA BAHIA



A Juventude Comunista se reúne para debater os rumos da AgitProp e o papel da Imprensa Popular nas lutas do século XXI!

Por UJC Bahia

Na primeira semana de fevereiro, nos dias 4 e 5, em Feira de Santana, a Bahia demarcou suas contribuições no entendimento do papel da agitação de propaganda e da imprensa popular nas lutas da classe trabalhadora. O acampamento se formou a partir da expressão da necessidade de formar quadros da juventude comunista para tocarem tarefas enquanto agitadores e propagandistas das ideias do marxismo-leninismo.

O acampamento, espaço de formação de quadros, formulações políticas e de reavivamento dos laços de camaradagem na juventude, contou com uma riquíssima programação estruturada para o debate de temas candentes do movimento comunista nacional e internacional, como, por exemplo, a agitação e a propaganda para o Leninista, quando Antonio Alves, formado em Comunicação Social, autor do livro "Guia Prático de Agitação e propaganda", e candidato a vice-presidente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) apresentou questões históricas sobre o entendimento leninista da agitprop, o seu histórico no Movimento Comunista Internacional (MCI) e no PCB, bem como distinções técnicas, teóricas e políticas do conjunto de comunicações que os comunistas denominam de agitprop.

Através da presença de Camila Oliver, doutora em comunicação e semiótica e editora do

jornal O Momento, a juventude se aprofundou no debate sobre dois históricos jornais do Partido Comunista Brasileiro: a Voz da Unidade e o jornal O Momento. Apresentando como os jornais foram importantes para formação de quadros, divulgação da linha política do partido, bem como contradições do jornal a Voz da Unidade. Além disso, o acampamento contou com a presença de Giovanni Damico, mestre em ciências sociais e candidato ao Governo do Estado da Bahia pelo PCB, promovendo o debate sobre a importância da agitprop e da Imprensa Popular na mobilização da classe trabalhadora em prol da conquistas dos seus direitos mais profundos e imediatos.

Buscando formar um movimento comunista profissionalizado para atuar nas lutas cotidianas dos trabalhadores, o acampamento também contou com oficina de cartazes, produção de audiovisual, cancionários e ensaio de bloco, o Poder Popular. No sentido de, através de palavras de ordens voltadas à luta, expressar as contradições gritantes do sistema capitalista, manifestando a necessidade de superação do ultrapassado (velho) e a possibilidade concreta do vir-a-ser da sociedade socialista (novo), sociedade sem explorados e exploradores!

Juventude que ousa lutar, constrói imprensa popular!

NÓS SEMPRE SOUBEMOS QUEM MATOU PIXOTE PIXOTE: O FILME



Imagem: Reprodução - Pixote, a Lei do Mais Fraco

Por Arthur Santos

Pixote – A Lei do Mais Fraco é um filme clássico do cinema nacional. Daqueles que marcam toda a produção audiovisual do país. Este filme retrata a precarização e violência que as pessoas são expostas, em um momento fundamental para o seu desenvolvimento enquanto Ser. O filme se passa em São Paulo no final da década de 70, período em que, como aponta o diretor do filme Hector Babenco, este estado concentrava algo entre 60% e 70% do PIB brasileiro. Nesta conjuntura, a concentração de riquezas nas mãos dos oligarcas paulistas estava em um patamar altíssimo. O que significa que a miséria dos operários era de igual proporção.

O filme conta a história de um jovem garoto de apenas 11 anos de idade, Pixote. Que estava preso em um reformatório, local em que ele convive com constante agressão dos diretores da instituição, da polícia, e dos outros jovens (de maioria preta) que viviam junto com ele. Pixote presencia, ao longo do filme, estupros, agressões – físicas e verbais – assassinatos, trá-

fico e diversas formas de violência. Curioso é que ele, por qualquer motivo que seja, nunca demonstra grande sensibilidade ao que vê. Pelo contrário, age com uma naturalidade que causa estranheza ao telespectador, provavelmente adulto, que se mostra muito mais incomodado com os acontecimentos do que ele, uma criança de 11 anos.

O ponto de inflexão deste filme é quando Pixote e seus colegas decidem fugir do reformatório e viver nas ruas. Sustentando-se através de pequenos furtos e golpes. Até que, em um processo de escalonamento constante, o filme leva a outros rumos. Tráfico de drogas, cafetinagem (Proxeneta), e etc. Dentro das ruas de São Paulo, é retratado as moradias precárias, abuso de álcool e outros entorpecentes (o próprio Pixote, ao longo do filme fuma cigarros de maconha e inala "cola de sapateiro", uma espécie de solvente similar ao "Lança-perfume"), desumanização das crianças, transfobia, homofobia e etc. que a classe trabalhadora brasileira

estava exposta.

O filme é denso, triste, lento e tenso. E, com certeza, causará desconforto em quem assisti-lo. Por ser uma obra muito conhecida do cinema nacional, é possível que muitos já tenham o assistido ou ao menos ouvido falar. Mas há uma reflexão para além do filme que devemos fazer.

PIXOTE: A REALIDADE

A direção do filme, ao selecionar os atores, contou com alguns atores já consolidados no Brasil. Marília Pêra no papel de Sueli, Tony Tornado no papel de cristal, e etc.. Já o protagonista, Pixote, foi um ator selecionado de uma das favelas da periferia de São Paulo. Esta que é exposta pelo diretor Hector Babenco em uma espécie de prólogo do filme, em que ele mesmo fala sobre a situação de miséria das pessoas faveladas. Pixote foi atuado, brilhantemente, por Fernando Ramos da Silva. Jovem pobre, semianalfabeto, da periferia, que teve o protagonismo de um dos filmes brasileiros mais reverenciados de todos os tempos. Posição importante que ele sustentou com firmeza durante as filmagens, rendendo uma entrega irretocável.

O problema surge quando se percebe que, após o papel de Pixote, Fernando Ramos não teve mais grandes oportunidades para atuar e desenvolver sua carreira. Participou de algumas produções como 'Eles não usam Black-Tie' (1981), também reverenciado, e 'Gabriela: Cravo e Canela' (1982). Posteriormente, foi chamado para atuar em novelas da Globo, sendo demitido em pouco tempo já que ele era semianalfabeto e possuía grandes dificuldades em decorar os textos. Ao retornar à sua vida "antes da fama" Fernando Ramos entrou para a criminalidade, tendo sido preso duas vezes ainda enquanto menor de idade. Uma infeliz ironia.

Após sua segunda prisão, Fernando Ramos disse em entrevista: "[Eu só quero que o povo esqueça minha imagem enquanto Pixote \[...\] Eu quero a chance de viver como um homem, sem ser perseguido. Eles criaram Pixote, mas eles não sabiam como prepará-lo para a vida](#)". Uma declaração que causa um grande desconforto. Mas, ao refletir sobre, podemos lembrar de como Alexandre Rodrigues, também de periferia, ator de Buscapé, protagonista do filme Cidade de Deus (filme brasileiro mais premiado internacionalmente), [trabalhava de motorista de aplicativo para se sustentar](#)². O comportamento da indústria cinematográfica brasileira funciona da mesma forma que toda a estrutura produtiva brasileira: de maneira excludente, ra-

cista, misógina e elitista.

Fernando Ramos retornou à vida na favela, continuava fazendo teatro. Havia acabado de retornar de uma viagem de trabalho quando, em 25 de agosto de 1987, aos 19 anos de idade, foi brutalmente assassinado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. A versão atestada pelos 3 policiais que o executaram, foi de que Fernando Ramos participou de uma troca de tiros com ela após participar de um assalto junto de um amigo seu. Em entrevista, uma moradora da mesma favela que o ator afirma que ele estava [desarmado, correndo da polícia com medo de ser morto](#)³. Fernando Ramos da Silva foi assassinado com 8 tiros, 3 no braço direito e 5 no peito.

Na entrevista referenciada, nas falas de pessoas que trabalharam com ele, tais como Walmor Chagas e Marília Pêra, Fernando Ramos é descrito como uma pessoa de temperamento difícil e que não era esforçado o suficiente. Uma visão que reitera a perspectiva meritocrática e liberal da sociedade, incapaz de entender as dificuldades que um jovem semianalfabeto possuía em trabalhar com textos longos e complexos.

Fernando Ramos foi assassinado brutalmente pela PM-SP, mas as causas de sua morte se antecedem e muito ao fato. Fernando foi morto pela falta de oportunidades para despontar sua carreira. Fernando foi morto pela falta de uma estrutura escolar nas favelas. Fernando foi morto pela falta de Assistência Social. Fernando foi morto, como muitos outros são, diariamente, por ser pobre e favelado. Fernando foi morto pelo sistema que gere este país. Por isso, muito antes do Laudo Médico sair, nós já sabíamos quem matou Pixote.

¹ [Fernando Ramos da Silva, 19, Star of Brazil's 'Pixote,' Dies - The New York Times \(nytimes.com\) https://www.nytimes.com/1987/08/27/obituaries/fernando-ramos-da-silva-19-star-of-brazil-s-pixote-dies.html](#)

² [Alexandre Rodrigues: Ator de 'Cidade de Deus' sobre dirigir Uber: Preciso sustentar minha casa | VEJA \(abril.com.br\) https://veja.abril.com.br/cultura/ator-de-cidade-de-deus-sobre-dirigir-uber-preciso-sustentar-minha-casa/](#)

³ [\(28\) DON KPONE VIDA E A MORTE DE PIXOTE NO FANTÁSTICO DE 1987. - YouTube](#)

ESPAÇO CULTURAL

60 ANOS DO LANÇAMENTO DE SAMBA ESQUEMA NOVO DE JORGE BEN JOR



Imagem: Reprodução

Por Wenderson Ribeiro

Grandes pesquisadores da música brasileira afirmam que o período compreendido entre 1930 e meados de 1945 foi o mais rico da música brasileira e fundamental para construção do que hoje conhecemos como música nacional. Foi nesse período, conhecido como a época de ouro da música brasileira, que surgiram nomes como Orlando Silva, Noel Rosa, Dorival Caymmi, Carmen Miranda e Ary Barroso.

Entretanto, do final da década de 40 até o final da década de 50, a música brasileira passou por um hiato de carência musical. E de fato são poucos os discos e artistas que surgiram nesse período que conseguimos lembrar espontaneamente. Esse hiato termina com a chegada da década de 60 e a nova efervescência no cenário musical nacional e internacional. No Brasil, temos uma diversidade de influências e movimentos culturais surgindo, como é o caso do movimento da jovem guarda na primeira metade da década de 60, assim como a consolidação da bossa-nova com os festivais promovidos pela Rede Record.

Na segunda metade da década, temos o surgimento do movimento tropicalista, a consolidação da bossa-nova e o surgimento de novos grandes artistas do samba.

Entre os diversos nomes que surgiram nesse período, sem dúvidas, o carioca Jorge Ben Jor foi um dos que mais impactaram a música brasileira da segunda metade do século XX. Em janeiro deste ano, seu álbum de estreia "Samba Esquema Novo" completou 60 anos de lançamento. Com esse álbum, o cantor carioca trouxe para o público o tipo de som diferente do que existia naquele momento, especialmente da bossa-nova que dominava. Nesse período, artistas como João Gilberto, Tom Jobim, Vinícius de Moraes e Nara Leão dominavam as paradas com canções que se tornaram clássicos da música brasileira, como "Garota de Ipanema", "Águas de Março" e "Chega de Saudade".

Jorge Ben Jor se diferencia de tudo que era feito até então. Embora o samba seja a base do álbum,

O músico carioca incorpora elementos do jazz em suas músicas, com harmonias complexas e improvisações. Um exemplo claro da influência do jazz no álbum é a música "Mas, Que nada!" que se tornou um dos maiores sucessos do álbum. A música tem uma harmonia incomum para um samba tradicional, com acordes menores e um uso mais livre de progressão harmônica. Além disso, a música tem um solo de saxofone improvisado, que é uma marca registrada do jazz.

Outras músicas do álbum, como "Chove Chuva" e "Por Causa de Você, menina", também apresentam elementos do jazz, como acordes mais complexos e improvisações, que dão um tom mais sofisticado e moderno ao samba tradicional. Além do jazz e do Samba, temos influências da bossa-nova, jongo e do rock nesse álbum. Essas diversas influências se combinam na criação de um som único e inovador, que se tornou um marco na história da música brasileira e influenciou muitos artistas brasileiros e internacionais. Não à toa, o próprio samba-rock foi fortemente influenciado pelo Samba Esquema Novo.

Em suas letras, podemos ver uma influência do cotidiano suburbano e da negritude, como em "Mas, que nada!" em que ele diz que:

*Este samba que é misto de maracatu,
é samba de preto velho, samba de preto tu.*

Em "A Tamba" ele canta

*Desde que se foi
O nosso Rei Nagô, ô, ô...
Ninguém jamais fez samba
Ninguém jamais cantou*

Nesses versos, podemos ver que o Jorge Ben Jor utiliza termos incomum até para o próprio movimento negro da época, evidenciando que nos movimentos culturais havia mais influência do movimento de negritude do que em setores organizados do movimento negro.

Com esse álbum, Jorge Ben Jor influenciou diversos movimentos e artistas subsequentes, como é o caso do grupo Mundo Livre S/A que estreia com o álbum Samba Esquema Noise (1994) nome que faz clara referência ao álbum do músico

carioca. Entretanto, talvez tenha sido o rap o gênero mais influenciado por esse álbum.

No rap nacional, a influência de "Samba Esquema Novo" é notória desde referências nas letras de rap até os samples utilizados na construção dos instrumentais de vários clássicos. Um exemplo é a música "Chove Chuva" que foi sampleada para construção da música "Tá na Chuva", dos Racionais MC's.

Porém, o brilhante álbum do Jorge Ben Jor influenciou também diversos rappers internacionais, como é o caso do grupo Black Eyed Peas. Sérgio Mendes, cantor que já havia regravaado a música "Mas, que nada!" participa da regravação da música com o grupo norte-americano e faz com que a música se tornou um grande sucesso mundial. A nova versão da música apresenta a combinação da batida do samba com o hip-hop e o R&B, e é cantada em inglês e português.

Não é à toa que esse álbum é considerado um dos melhores de todos os tempos da música brasileira, influenciou uma geração de grandes nomes da música brasileira do mangue beat ao rap, continua e continuará influenciando com o Sacundim, sacundem!

Referências

BARRADAS, F. da C. MPB - A época do ouro (1929-1945) e a Pré-Bossa (1946-1957). Akropolis Umuarama, v. 25, n. 1, p. 69-79, jan./jun. 2017.

SANT'ANNA, Afonso Romano de. Música Popular e Moderna Poesia Brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

OLIVEIRA, Maria Cláudia. Bossa Nova, história, som e imagem. Rio de Janeiro: Spala, 1995.

RAIMUNDÃO, UM HERÓI ANÔNIMO DA LUTA DE CLASSES



Por: Antonio Alves

*Antonio Alves – Jornalista é autor do livro GUIA PRÁTICO DE AGITAÇÃO E PROPAGANDA – (Editora LavraPalavra, 2022) foi candidato a vice presidente da República pelo PCB com Sofia Manzano.

A construção de uma revolução passa por diversas mãos, com várias tarefas e responsabilidades. Num partido revolucionário como o PCB – Partido Comunista Brasileiro (O PARTIDÃO), existem muitos heróis anônimos. Pessoas que doaram os melhores anos de suas vidas para a causa revolucionária. Assumindo o compromisso com a organização, imbuídos de coragem e disci-

plina com objetivo de construir o socialismo em seu país.

Cada militante tem uma tarefa, alguns são figuras públicas, fazem discursos e agitação política. Outras pessoas são propagandistas, redigindo textos, construindo processos formativos para aumentar a capacidade intelectual dos demais militantes para que possam preparar as bases,

fortalecer e organizar a classe trabalhadora. Outros trabalham com panfletagem, na comissão de segurança, constroem atividades de finanças entre outras tantas tarefas normais na vida de um(a) militante comunista.

Mas esse texto tem por objetivo homenagear de forma merecida um grande herói anônimo do Partidão, o camarada Raimundo Alves de Sousa, conhecido como Raimundão. Camarada natural de Nova York/MA. Um operário gráfico que por décadas foi o responsável pela impressão de nossos jornais.

Raimundão nasceu no município de Nova York, no Maranhão em 1925, filho de família humilde, passou sua infância ajudando o pai vaqueiro. Aos 8 anos vai morar em Teresina/PI, na casa de sua tia/madrinha. Com 17 anos, passa a participar de protestos contra o nazi-fascismo, onde passa a frequentar a livraria do “seu Arthur Carvalho” onde começa a ler livros do Plekhanov, Rosa Luxemburgo, Lenin. Entra no Liceu Piauiense e participa ativamente do movimento estudantil. Em 1943, é eleito presidente do Centro Estudantil Piauiense.

Após completar o ensino médio, optou por deixar a capital piauiense, já que não tinha emprego e a cidade era extremamente oligarca e reacionária. Decidiu fazer a prova de admissão para a Escola de Sargentos de Armas, no Realengo (RJ), onde foi aprovado com louvor. Recebeu a notícia e a ordem para embarcar para Realengo, porém, em Fortaleza (CE) foi retirado do navio com mais dois companheiros. Os três foram cassados por serem notórios subversivos.

Militando como Secretário de Organização do Comitê Estadual do PCB no Piauí, decide aprender tipografia, passou a frequentar a oficina gráfica de Antônio Lemos (O Velho Semana) onde passou 3 anos se profissionalizando. Foi convocado pelo Comitê Central para integrar a equipe do jornal IMPRENSA POPULAR – ÓRGÃO CENTRAL DO PCB, no Rio de Janeiro.

Raimundão, em seu livro de memórias, ou melhor, de prestação de contas – OS DESCONHECIDOS DA HISTÓRIA DA IMPRENSA COMUNISTA – Nos apresenta os bastidores da luta revolucionária. Demonstrando como muitos militantes, profissionais do partido e simpatizantes atuavam para levar as ideias do partido para a classe

trabalhadora, seja no campo ou na cidade.

Os relatos desta prestação de contas, como ele admite, em alguns momentos são passíveis de autocrítica. Relata as dificuldades para conseguir profissionais, obter materiais, problemas de finanças e principalmente, a repressão que estava sempre nos calcanhares dos comunistas.

A situação era tão complicada que Raimundão relata que “As tarefas eram tão específicas que nos proibiam de ir a comícios, passeatas e comandos de jornais. Frequentar o sindicato era possível, desde que sem grande envolvimento. Essa proibição se justificava, pois não deveríamos ser reconhecidos.” (p. 27).

Outro relato emocionante é a última conversa com (Toledo) Câmara Ferreira e (Menezes) Marighella. “...Disse-me que queria se despedir de mim, pois estava deixando o PCB para participar da luta armada... perguntei como ficava a responsabilidade, pois sabia que eu era o responsável pelo aparelho do Voz Operária e, portanto, fragilizado e com risco de uma ação armada contra o aparelho... me afirmou que jamais o aparelho seria revelado. Marighella apareceu e disse – Faço questão de me despedir, mas não sem antes te convidar para vir conosco!... sai daquele encontro muito abalado e nunca mais vi os camaradas”. (p.68).

Em 1975, foi preso e condenado a 3 anos e 4 meses de prisão, tendo seus direitos políticos cassados por 10 anos. Raimundão é um exemplo de coragem e dedicação a luta revolucionária. Fez parte do Comitê Central do PCB, dedicou seus últimos anos de vida ao processo de Reconstrução Revolucionária do Partidão. Seu livro de “prestação de contas” foi lançado em 2005. Infelizmente, no dia 13 de junho de 2006, entrou para eternidade aos 81 anos, como um dos grandes heróis anônimos da luta de classes no Brasil.

Raimundão! Presente!

Hoje e sempre!

Que seu exemplo fortaleça a prática das novas gerações de militantes comunistas!